



Assembléia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

DIRETORIA LEGISLATIVA
JUNTA DA

Publicação de matéria
de 03 (três) laudas.

Em 14 / 05 / 13

Funcionário

José Hagamenon Alves Barbosa Júnior
Chefe do Setor de Publicação

RUBRICA <u>Blogueir</u>	FLS Nº <u>04</u>
ANEXOS	NÚMERO <u>AL-3017/13</u>

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se a Comissão
de Const. e Justiça

Em 14 / 05 / 13

Conceição de Maria Pádua Sampaio

Conceição de Maria Pádua Sampaio
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Encaminhe-se a Autógrafo

Em 18 / 07 / 13

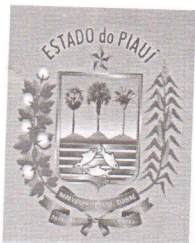
Conceição de Maria Pádua Sampaio

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a Sec.

geral de Mesa

P/P Conceição de Maria Pádua Sampaio

Diretor Legislativo



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 15 / 05 / 13

Elvany
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Mendonça Moura

para relatar.

Em 16 / 05 / 13

Antônio M.
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete Deputado Marden Meneses

Comissão de Constituição e Justiça

Processo: AL – 3017/2013 – Projeto de Lei AL 040/2013.

Autor: Deputado Tererê

Relator: Deputado Marden Meneses

Assunto: ***Dispõe sobre a criação de cursos profissionalizantes e de capacitação profissional nos finais de semana nas escolas da rede pública.***

DO RELATÓRIO:

Trata-se o expediente sobre a criação de cursos profissionalizantes e de capacitação profissional nos finais de semana nas escolas da rede pública estadual.

Na justificação do presente projeto o autor argumenta que o Piauí vive um momento de grande expansão econômica, necessitando neste sentido de qualificação profissional para atender as solicitações feitas a quem possa vir se instalar no Estado.

Configurando assim uma excelente oportunidade para os jovens e adultos que se encontram desempregados por não disporem de qualificação, reciclagem ou especialização em determinadas áreas de atuação profissional.

O autor do presente projeto alega ainda, que nas regiões do País onde foram implantadas escolas profissionalizantes, a meta de inserção inicial vem sendo superada em mais de 50% dos jovens que através dos cursos de capacitação profissional passaram a conseguir seu primeiro emprego.

Alega ainda, que devemos nos preocupar com a qualificação profissional dos jovens e adultos e a geração de emprego e renda de tal maneira que a educação sirva de impulso para melhorar a vida do indivíduo.

É o relatório.

DO PARECER:

Quanto à constitucionalidade, o mesmo atende os preceitos inscritos nos artigos 73 e 75 na Constituição Estadual, bem como os pré-requisitos insertos no artigo 105 do Regimento Interno.

No que tange a parte regimental, o projeto sob análise atende aos preceitos inseridos no artigo 34, I, "a" e 139, I a III, da Resolução Estadual nº. 429/91 (Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí) e, Constituição Federal, artigos 24, IX e 25 §1º, ***litteris***:

ml



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete Deputado Marden Meneses

CF/88.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...);

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

DO VOTO:


Assim, configurados os requisitos legais e regimentais exigidos por esta Casa, o Relator vota pela aprovação do projeto de lei ora submetido à apreciação desta douta Comissão Permanente de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa do Piauí, de Maio de 2013.

É nosso parecer, salvo melhor juízo.


Marden Meneses
Deputado Estadual
Relator

Reunión conjunta

APROVADO A UNANIMIDADE
em, <u>16</u> / <u>07</u> / <u>13</u>

Presidente da Comissão de <i>Justiça e Adm. Pública</i>

Plata

Paulo

Antônio